

Estatísticas Educacionais e Cor/Raça na Educação Infantil e no Ensino Fundamental: um balanço*

FÚLVIA ROSEMBERG

Pontifícia Universidades Católica de São Paulo. Departamento de Pesquisas Educacionais da Fundação Carlos Chagas
frosemberg@fcc.org.br

Resumo

O artigo descreve e analisa a produção, divulgação e interpretação de estatísticas educacionais desagregadas por cor/raça. Efetua um balanço dos principais instrumentos de coleta de estatísticas educacionais sob responsabilidade das duas principais instituições de coleta de estatísticas educacionais: o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nesta empreitada, destaca a recente introdução do quesito cor/raça no Censo Escolar de 2005, apontando equívocos tanto nos objetivos perseguidos quanto nos procedimentos adotados. O argumento principal é que o Censo Escolar não constitui instrumento compatível com a unidade de coleta aluno/matricula, que as instruções para o preenchimento da informação foram confusas e desrespeitaram o direito de crianças e adolescentes de expressarem sua identidade étnico-racial.

Palavras-chave: estatísticas educacionais, Inep, IBGE, relações raciais, censo escolar.

Resumen

El artículo describe y analiza la producción, divulgación e interpretación de las estadísticas educacionales desagregadas por color/raza. También efectúa un balance de los principales instrumentos recogidos de estadísticas educacionales sob responsabilidad de las dos principales instituciones de estadísticas educacionales: el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística (IBGE) y el Instituto Nacional de Estudios y Investigaciones en Educación Anísio Teixeira (Inep). En esta tarea se destaca la reciente introducción de la pregunta sobre color/raza en el Censo Escolar de 2005, lo que apunta equivocaciones tanto en los objetivos perseguidos cuanto a los procedimientos adoptados. El argumento principal es que el Censo Escolar no constituye un instrumento compatible con la unidad de información alumno/matricula, que las instrucciones para la recolección de la información fueron confusas e irrespetuosas en atención a los derechos de los niños y adolescentes de expresaren su identidad étnico-racial.

Palabras-clave: estadísticas educacionales, Inep, IBGE, relaciones raciales, censo escolar.

* Versão revista, ampliada e atualizada de relatório elaborado para o PREAL/Programa de Promoción de la Reforma Educativa de América Latina y el Caribe (Rosemberg, 2005).

Abstract

The article describes the production, dissemination and interpretation of educational statistics disaggregated by color/race. It analyzes the two main educational statistics collection instruments, under the responsibility of the two major institutions that collect educational statistics: the *Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística* (the Brazilian Institute of Geography and Statistics – IBGE) and the *Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira* (National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira – Inep). This article highlights the color/race questionnaire item introduced into the School Census in 2005, pointing out the mistakes in the goals pursued, as well as the procedures adopted. The main argument is that the School Census is not an instrument compatible with the student/enrollment collection unit and that the instructions for filling out the information were confusing and did not respect the right of children and adolescents to express their ethnic-racial identity.

Key words: educational statistics, Inep, IBGE, race relations, school census.

No Brasil, três órgãos nacionais são responsáveis pela coleta/consolidação de estatísticas educacionais: o Ministério da Educação e do Desporto (MEC), por meio do Inep e das Secretarias Estaduais de Educação, que delimita como unidade de coleta principal o estabelecimento de ensino; o IBGE que estabelece como unidade de coleta o domicílio. Complementarmente, o Ministério do Trabalho, por meio das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS), também consolida informações sobre professores(as)¹ trabalhando no mercado formal e fixa como unidade de coleta as empresas (no caso, os estabelecimentos de ensino).

Cada uma dessas instâncias, em decorrência de suas particularidades, dispõe de instrumentos específicos de coleta de dados, define uma população também específica e, portanto, apresenta resultados não obrigatoriamente coincidentes. Por exemplo, enquanto as estatísticas do IBGE referem-se a estudantes, as do MEC referem-se a matrículas; o número de matrículas e de estudantes pode não coincidir, bem como diverge a composição dos questionários aplicados por cada órgão.

As estatísticas educacionais brasileiras vêm melhorando nos últimos anos. Recomendações internacionais (Banco Mundial, OCDE, Unesco, Unicef, por exemplo)² vêm insistindo, juntamente com os movimentos de mulheres/feministas e o movimento negro, sobre a necessidade de desagregarem-se as estatísticas educacionais por sexo e cor/raça. Esta prática, que já vinha sendo historicamente usada pelo IBGE (que desagrega os dados por cor/raça e sexo) e pelo MEC (que desagregava apenas por sexo até 2005 nos Censos Escolares), tem sido ampliada: por exemplo, informações sobre sexo e cor/raça foram também incluídas nos instrumentos de avaliação de desempenho de alunos, tal como ocorre no Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Básico (Saeb) desde 1990.

Dispõe-se, então, no país, de um acervo rico e variado de informações estatísticas desagregadas por cor/raça sobre uma multiplicidade de variáveis relativas à população e ao sistema escolar. Porém, a análise e divulgação de dados desagregados por sexo e cor/raça são bastante precárias, ficando muito aquém do rico acervo coletado. Percebem-se indícios de que tais informações são processadas e divulgadas, de modo particular, em ocasiões especiais (por exemplo, próximo às Conferências Internacionais) e por pesquisadores brancos. Por se tratar de um dos focos centrais deste balanço, a questão será discutida adiante.

¹ A partir deste ponto, a fórmula o(a) será abandonada, optando-se pelo genérico masculino.

² Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A parcimônia na divulgação e análise sistemática de dados desagregados por cor/raça é especificamente notável na educação infantil e nas inovações contemporâneas para melhoria do fluxo escolar de alunos/as, tais como as classes de aceleração implantadas no ensino fundamental. Assim, estatísticas sobre ramificações do sistema regular, que podem indicar novos processos de desigualdade educacional, são pouco difundidas e, quando apresentadas, não são desagregadas por cor/raça. Deve-se notar, também, a escassez de informação sobre a educação de homens e mulheres pertencentes aos povos indígenas e ciganos, além da omissão sistemática, nas análises educacionais, da população encarcerada.

A análise de estatísticas educacionais brasileiras, especialmente sobre aquelas inseridas em séries históricas, deve estar atenta a alguns aspectos metodológicos decorrentes tanto da delimitação do universo de escola ou da amostra das áreas censitárias quanto da alteração na conceituação de quesitos.³

- A distribuição dos setores censitários entre urbano e rural muda de um censo demográfico para outro, permanecendo, porém, constante nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNADs) durante o período intercensitário. Esta diferença no procedimento de ambas as pesquisas pode provocar uma interpretação errônea das quedas abruptas da população rural (entre PNAD 90 e Censo 91 e entre PNAD 1999 e Censo 2000) que nada mais são que consequência de alteração da classificação da área (Grossi, Silva, 2002, p. 1 e 2).
- As PNADs não coletam informações sobre áreas rurais dos antigos Estados da Região Norte onde residem aproximadamente 2,5% dos habitantes do território nacional (IBGE, 2000). Isso tem impacto nos indicadores de escolaridade, pois as regiões rurais são as que apresentam piores oportunidades educacionais.
- Ocorreu uma ampliação do conceito de trabalho (pessoas ocupadas) a partir de PNAD 92. "O IBGE passou a considerar como ocupadas as pessoas de 10 anos e mais que realizaram algum trabalho não-remunerado durante pelo menos 1 hora na semana de referência (ou seja, 8 minutos e 34 segundos por dia), no lugar das 15 horas anteriormente exigidas" (Grossi, Silva, 2002, p. 9). Isso aumentou a taxa de atividade de crianças (especialmente da zona rural) e de mulheres, sugerindo cautela na interpretação de associações entre condições de estudo e trabalho.

³ Na década de 1980, Philip R. Fletcher e Sérgio Costa Ribeiro publicaram importantes textos de análise sobre as estatísticas educacionais (Fletcher, Ribeiro, 1988).

- A partir do Censo Demográfico de 1991, as pesquisas do IBGE alteraram a formulação do quesito cor: incluíram o termo “raça” e incorporaram a alternativa indígena. Desse modo, o quesito cor/raça comporta cinco categorias: branca, preta, amarela (compreendendo as pessoas que se declaram de raça amarela), parda (incluindo as pessoas que se declaram mulatas, caboclas, cafuzas, mamelucas ou mestiças de preto com pessoa de outra cor ou raça), e indígena (considerando-se as pessoas que se declaram indígenas ou índias). Apesar desta nomenclatura e classificação adotadas pelos Censos e PNADs, órgãos oficiais e movimentos sociais ampliam e diversificam o leque de denominações. Muitas instâncias substituem o termo “preto” por “negro” o que pode gerar confusão, pois, de modo geral reserva-se o termo negro para o conjunto de pretos e pardos.
- Em decorrência da metodologia para delimitar as zonas censitárias e o reduzido percentual de indígenas na população brasileira, os cruzamentos de variáveis em separado para este segmento racial pode perder consistência.
- É o respondente do questionário dos Censos Demográficos e das PNADs (o responsável pelo domicílio) quem se autotransmite no quesito cor/raça e também classifica as demais pessoas que residem no domicílio, inclusive as crianças. Dispõe-se de poucos conhecimentos sistemáticos, no Brasil, sobre as práticas de classificação de cor/raça entre crianças e adolescentes⁴. No Saeb é a criança e o adolescente quem responde ao questionário, portanto, ao quesito. O Censo Escolar 2005 usou procedimento misto, como veremos adiante.
- Os dados de matrícula (coletados pelo MEC) e os de estudantes (coletados pelo IBGE) não coincidem. Em geral, os dados de matrícula têm sido inferiores aos dados de estudantes para a educação infantil e o ensino superior e superiores aos de estudantes para o ensino fundamental e médio.
- Os dados coletados pelo MEC sobre educação infantil, referentes à década de 90, devem ser interpretados com cautela, em decorrência da ampliação do cadastro dos estabelecimentos. O aumento de matrículas nem sempre significa aumento de crianças atendidas, mas, sim, ampliação do cadastro e correção de nomenclatura, questão discutida no tópico 2.

Será apresentada, a seguir, uma descrição crítica das fontes de estatísticas educacionais brasileiras que desagregam os dados por cor/raça

⁴ Sobre o tema ver Sanjek (1971), Fazzi (2000), Niemeyer (2002), Rocha (2005).

em torno dos dois órgãos federais incumbidos da missão: o IBGE e o MEC/Inep.

1 IBGE

Este item trata de dois temas: a sistemática de classificação de cor/raça adotada nas pesquisas do IBGE e as pesquisas do IBGE que fornecem estatísticas educacionais.

1.1 Sistemática de classificação de cor/raça

Desde o primeiro Censo Demográfico realizado no Brasil (1872), o questionário de coleta de dados junto à população contém um quesito sobre cor/raça em diferentes formulações⁵. “A classificação de ‘cor ou raça’ empregada pelo IBGE em suas pesquisas, ao contrário do que alguns pensam, não foi inventada por burocratas, tendo mais de um século de história” (Osório, 2003, p. 18).

Os procedimentos adotados ao longo dessa história têm permanecido relativamente constantes com ligeiras alterações. Desde 1950, permanecem constantes o procedimento de autoclassificação⁶ em uma das alternativas de cor/raça apresentadas: branca, preta, parda e amarela. Até 1991, a classificação era só de cor; a partir de 1991, incluíram-se o termo raça (cor/raça) e a alternativa indígena. A partir de 1980 a pergunta é efetuada apenas no questionário longo, aplicado a apenas uma amostra da população (Petruccelli, 2006).

A despeito de críticas e sugestões (tanto as que vêm da comunidade acadêmica quanto as provenientes do movimento negro e, normalmente, testadas pelo IBGE)⁷, o sistema de coleta de informações do IBGE sobre declaração de cor/raça apresenta consistência inquestionável na análise de desigualdades raciais brasileiras, particularmente na educação. “Apesar da aparente rejeição de alguns termos da classificação induzida – especialmente do termo pardo –, as pessoas conseguem se enquadrar em uma das categorias. Nas PNADs de 1992 em diante, por exemplo, a proporção de respostas ignoradas ou recusadas [referentes] ao quesito de ‘cor ou raça’ é sempre inferior a 0,5% dos casos (...) se houvesse tanta

⁵ Os Censos de 1900, 1920 e 1970 não incluíram o quesito.

⁶ A autoclassificação é relativa, pois a pessoa que responde os questionários do IBGE é o responsável pelo domicílio.

⁷ Por exemplo, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), em 1978, e na Pesquisa Mensal de Empregos (PME) de 1998.

imprecisão, tanta falta de objetividade, como se explicaria o fato de que (...) o grande grupo populacional formado pelas pessoas pretas e pardas, os negros, se encontrem invariavelmente em situação de extrema vulnerabilidade social?" (Osório, 2003, p. 27 e 33).

1.2 As pesquisas do IBGE

O IBGE é responsável por uma multiplicidade de pesquisas, além do Censo Demográfico, que incluem a investigação, entre outras, da situação educacional da população brasileira. No Quadro 1 foram incluídas as características de tais pesquisas, dando-se destaque à coleta (ou não) da informação sobre cor/raça e à Educação Infantil (EI), uma vez que este nível educacional apenas recentemente foi oficialmente integrado ao sistema formal de ensino. Com efeito, até 1995, o IBGE não coletava informações sistemáticas sobre as creches e a situação educacional de crianças que tinham menos de 5 anos. As creches integram o sistema de ensino (primeira etapa da educação básica) desde a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (1996).

- Censo Demográfico, realizado desde 1872 (na verdade, este foi uma contagem de população)

Desde 1960, utiliza a técnica de amostragem para parte do questionário no qual se incluem os quesitos sobre educação⁸. A partir de 1995, investiga a situação educacional de crianças de 0 a 4 anos de idade e inclui a creche entre os níveis de ensino. Desde 1872 (com exceções), investiga a cor/raça da população. Como já foi mencionado anteriormente, a partir de 1980, a questão sobre cor/raça é efetuada no questionário longo, aplicado apenas para uma amostra da população. De um modo geral, os Censos Demográficos investigam no capítulo educação: alfabetização, rede de ensino freqüentada, nível de ensino freqüentado e o nível de ensino mais elevado que foi atingido pela pessoa. As informações coletadas sobre educação podem ser cruzadas com outros quesitos, a saber: características das pessoas (idade, sexo, cor/raça, local de residência etc), características do domicílio da pessoa, trabalho e rendimento, fecundidade e nupcialidade. Além disso, o capítulo sobre trabalho dispõe de informações sobre professores e outros trabalhadores da educação. Os resultados do Censo são publicados em papel e meio digital, e os microdados ficam

⁸ O quesito sobre alfabetização é incluído no questionário de aplicação universal que não inquiriu sobre cor/raça.

disponíveis para processamentos especiais, requerendo, para tanto, conhecimento técnico.

Quadro 1: Características das Pesquisas Realizadas pelo IBGE que Coletaram Dados sobre Cor/Raça com Destaque para EI

Pesquisas	Ano/ Periodi- cidade	Abrangência Territorial	Investigação de Cor/Raça	Educação Infantil	
				Perguntas/Quesitos	Faixa Etária
PNADs de 1979 até 1986 (corpo)	anual	Território nacional com exceção da zona rural da região norte	não	. freqüenta pré-escola . freqüentou pré-escola . alfabetização	5 e 6 anos
PNADs de 1987 a 1990 (corpo)	anual	a mesma	sim	as mesmas	5 a 9 anos
PNADs 92 e 93	anual	a mesma	sim	as mesmas	5 a 11 anos
PNADs 95 em diante	anual	a mesma	sim	as mesmas incluindo creche	0 a 11 anos
Suplemento Educação PNAD 82	1982	a mesma	sim	. freqüenta pré-escola . pagamento	0 a 6 anos
Suplemento Menor PNAD 85	1985	Regiões metropolitanas e Distrito Federal	sim	. freqüenta creche/pré-escola . desde que idade . por sim que não freqüenta . tipo de creche/pré-escola . horário que freqüenta . pagamento . principal pessoa que cuida	0 a 6 anos
PNSN	1989	Território nacional com exceção da zona rural da região norte	sim	. freqüenta creche/maternal/ pré-escola . horário entrada/saída . horário saída . pública ou particular . gratuidade . refeição gratuita	0 a 6 anos
PPV	1996 1997	Regiões Nordeste e Sudeste	sim sim	. creche e pré-escola tratadas como os demais níveis educacionais	toda a população
Censos	1980 1991 2000	Território nacional Território nacional Território nacional	sim sim sim	. freqüenta pré-escola . freqüentou pré-escola . alfabetização . freqüenta creche/pré-escola . freqüenta creche/pré-escola . alfabetização	5 e 6 anos toda a população
Contagem da população	1996 intercensitário	a mesma	não	as mesmas	4 a 6 anos

- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)

As pesquisas domiciliares foram implantadas progressivamente, no Brasil, a partir de 1967. “Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas: umas de caráter permanente nas pesquisas, como as características gerais da população, educação, trabalho, rendimento e habitação e outras com periodicidade variável, como as características sobre imigração, fecundidade, nupcialidade, saúde, instrução e outros temas que são incluídos no sistema de acordo com as necessidades de informação para o país” (IBGE, 2001, p. 11). Estas últimas constituem os chamados suplementos especiais dentre os quais merecem destaque, pelo tratamento dado à educação, os de 1982 (Educação), 1985 (Menor), 1996 (Mobilidade Social). A PNAD 2005 incluiu questões complementares sobre educação. Todas elas investigaram a cor da população.

A PNAD investiga a cor/raça da população, de modo sistemático, a partir de 1987. Os procedimentos que adota são idênticos aos dos censos demográficos. A abrangência territorial da PNAD foi se ampliando neste período de tempo: atualmente cobre todo o território nacional com exceção da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. As questões relativas à educação (instrução) são as mesmas que as do Censo Demográfico e, de modo equivalente ao censo, seus resultados são divulgados em papel e por via eletrônica, disponibilizando, também, microdados para fins de pesquisa.

Ocorreu uma importante alteração na PNAD, a partir de 1987, no que diz respeito ao processamento de dados coletados sobre educação infantil: não mais se estabeleceu limite etário para seu processamento (nas PNADs anteriores os dados sobre alunos tendo 7 anos e mais freqüentando pré-escolas não eram processados). Esta alteração permitiu apreender-se o expressivo número de crianças tendo 7 anos e mais que permaneciam na pré-escola, especialmente crianças negras da Região Nordeste (Rosemberg, Pinto, 1997).

A partir dos dados coletados pelas PNADs, o IBGE produz o estudo *Síntese de Indicadores Sociais* “que apresenta um conjunto de dados demográficos e sociais, cujo objetivo é fornecer um melhor conhecimento da realidade da sociedade brasileira” (IBGE, 2005, p. 25). Tal síntese apresenta capítulos de interesse para este balanço: além do capítulo *Educação*, merecem destaque: *Crianças, Adolescentes e Jovens*, *Trabalho de Crianças e Adolescentes* e *Cor*.

O capítulo sobre *Cor*, na síntese dos indicadores sociais, após a descrição dos procedimentos adotados, apresenta um conjunto de tabelas (números absolutos e porcentagens) dentre as quais algumas sobre educação (analfabetismo, taxa de escolarização, estudantes, média dos anos de estudos, rendimento por média dos anos de estudos) por Unidades da Federação e/ou Grandes Regiões.

Em 1995, o IBGE publicou uma síntese de indicadores específicos sobre *Cor da População: 1982-1990*, contendo um conjunto de tabelas para o Brasil e Grandes Regiões. O capítulo sobre *Educação*, além dos comentários gerais, apresenta tabelas sobre taxas de escolarização e de analfabetismo e os anos de estudos.

Dentre as PNADs das duas últimas décadas, destacam-se, pelo tratamento dado à educação no suplemento, as de 1982 – Suplemento Educação – e de 1985 – Suplemento Menor. Ambas as pesquisas incluíram diversificados quesitos sobre educação, além da questão sobre cor/raça. Elas foram objeto de alguns estudos/pesquisas, dentre eles os de Levinson (1991), Rosemberg e colaboradoras (1986), Hasenbalg e Silva (1992). Fletcher e Ribeiro (1988), ao analisarem o suplemento da PNAD 82, levantam um ponto de interesse: ausência de “quesito recordatório” (p. 23) o que impossibilita relacionar a experiência pré-escolar com o desempenho da população no ensino de 1º grau. Tal insuficiência tem sido sanada, em parte, com a introdução do quesito “nunca freqüentou creche ou escola”.

O suplemento da PNAD 96 trata da mobilidade social, investigando a ocupação do pai e a educação do pai e da mãe dos respondentes, entre outros. As informações coletadas permitem construir um quadro da mobilidade educacional intergeracional. Como nos demais suplementos, seus dados permanecem sub-utilizados. Portanto, apesar da variedade de instrumentos de coleta, sob responsabilidade do IBGE, persiste uma massa de informações praticamente intocada.

- Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV)

Contando com apoio financeiro do Banco Mundial, o IBGE realizou, entre 1996 e 1997, a Pesquisa sobre Padrões de Vida – PPV, nas Regiões Nordeste e Sudeste. Suas principais características foram: abrangência dos temas socioeconômicos que foram estudados de modo integrado em um mesmo domicílio; longa permanência no campo (um ano) para captar fenômenos sazonais; controle rigoroso; processamento de dados como parte integrante da pesquisa (IBGE, 1999, p. 10). Seu objetivo principal foi captar o bem-estar social e os determinantes da pobreza.

Trata-se de estudo piloto, realizado em pequena amostra de domicílios (5000). A pesquisa inclui o quesito cor/raça e variadas questões sobre educação. Foi objeto de duas publicações – *Pesquisa sobre padrões de vida: 1996-1997* (IBGE, 2000) e *Pesquisa sobre padrões de vida: primeira infância* (IBGE, 1999) – que incluíram algumas poucas tabelas com cruzamentos sobre cor/raça.

O questionário da PPV talvez seja o mais completo dentre os utilizados por *surveys* de aplicação massiva. Contém duas grandes partes: uma sobre o domicílio e outra sobre os moradores. O capítulo sobre os moradores incluiu quesitos que os caracterizam (entre os quais cor/raça⁹), bem como a seus pais, o que permite estudos intergeracionais. O tópico sobre educação prevê duas partes: frequência à escola (parte A) com 48 quesitos; histórico escolar (parte B) com 11 quesitos (Quadro 2).

Quadro 2: Quesitos sobre educação incluídos na PPV

Parte A (para todos os moradores).

Leitura e escrita, nível, série e turno escolar que frequenta, com quem fica quando não frequenta a escola, alimentação na escola, como e com quem vai para a escola, equipamentos e materiais disponíveis na escola, tarefas escolares, aulas particulares, gastos escolares (matrícula, mensalidade, doação, uniforme, material didático, transporte, atividades extra-curriculares).

Parte B (apenas para os que não frequentam mais escola).

Cursos e séries que frequentou, conclusões, financiamento.

Fonte: IBGE (2000), PPV – 1996-1997.

Este breve painel das principais pesquisas do IBGE que coletam estatísticas educacionais sustenta o argumento explicitado no início do balanço, ou seja, de que dispomos de um rico acervo de estatísticas educacionais coletadas, mas que permanece subutilizado por pesquisadores brancos e negros.

⁹ O quesito cor/raça previu apenas 4 alternativas: branca, preta, parda e amarela/indígena. Portanto, não permite desagregar amarelos de indígenas.

2 MEC/INEP

O Ministério da Educação, desde 1930, dispõe de um serviço de estatísticas educacionais. O órgão responsável pelas estatísticas educacionais variou no decorrer desses anos, e a partir de 1998 a responsabilidade foi delegada ao Inep (Portaria Ministerial n. 177/98) que, desde 1997, constitui uma autarquia¹⁰.

A partir da administração Fernando Henrique Cardoso, o Inep passou por intensa reformulação, sendo a mais notável, no que diz respeito ao tema que nos interessa – estatísticas educacionais visando a construção de indicadores para a análise das desigualdades raciais na educação brasileira –, a sua informatização.

O Inep é responsável pela organização, consolidação e divulgação dos Censos Escolares, pelos Levantamentos Especiais e pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb), entre outros (ver quadro 3).¹¹

O Censo Escolar coleta informação sobre cor/raça do alunado desde 2005; o questionário do Saeb coleta esta informação desde a sua implantação em 1990 (Quadro 3).

Quadro 3: Instrumentos de Coleta de Dados sobre Educação Básica sob Responsabilidade do MEC/Inep que Incluem Informações sobre Cor/Raça/Etnia

Instrumentos	Data/periodicidade	Abrangência	Informações
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb)	a partir de 1990 • bienal	Amostra: 4ª e 8ª séries do EF, 3ª série do EM	• professor • diretor • aluno
Censo Escolar Indígena	1999 • uma única vez (informação posteriormente incluída no Censo Escolar)	EI e EF universo de escolas indígenas	• escola • recursos humanos • alunos (indígenas e não indígenas)
Censo Escolar	a partir de 2005 • anual	EI, EF e EM universo de escolas cadastradas	• escola • recursos humanos • alunos

EI = Educação Infantil; EF = Ensino Fundamental; EM = Ensino Médio.

¹⁰ O Inep, criado em 1937, foi denominado, inicialmente, Instituto Nacional de Pedagogia. Seus objetivos se alteraram no decorrer desta longa história: realizar ou apoiar pesquisas educacionais, serviço/centro de documentação, editar publicações, estatísticas educacionais e avaliações do sistema de ensino.

¹¹ O Inep é também responsável por mais duas avaliações: o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e do Ensino Superior, aqui não discutidas, pois extrapolam os limites do estudo que foram fixados na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.

As informações consolidadas pelo Inep, especialmente as do Censo Escolar, foram incrementadas a partir da aplicação da Lei n. 9.424/96 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), cuja metodologia para cálculo do montante de recursos destinados ao ensino fundamental público nas Unidades Federadas está associada ao número de matrículas completadas pelo Censo Escolar.

Atualmente, as informações coletadas pelo Censo Escolar subsidiam vários programas federais para repasse de recursos, tais como: Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Transporte Escolar; Alimentação Escolar e Dinheiro Direto na Escola (Brasil, 2005b). É possível que ocorram ajustes nos Censos Escolares, em decorrência da recém aprovada Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Quadro 4: Atribuições do Inep

- Organizar e manter o sistema de informações e estatísticas educacionais;
- planejar, orientar e coordenar o desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional, visando o estabelecimento de indicadores de desempenho das atividades de ensino no País;
- apoiar os Estados, o Distrito Federal e os municípios no desenvolvimento de sistemas e projetos de avaliação educacional;
- desenvolver e implementar, na área educacional, sistema de informação e documentação que abranjam estatísticas, avaliações educacionais, práticas pedagógicas e de gestão das políticas educacionais;
- subsidiar a formulação de políticas na área da educação, mediante a elaboração de diagnósticos e recomendações decorrentes da avaliação da educação básica e superior;
- coordenar o processo de avaliação dos cursos de graduação, em conformidade com a legislação vigente;
- definir e propor parâmetros, critérios e mecanismos para a realização de exames de acesso ao ensino superior;
- promover a disseminação de informações sobre avaliação da educação básica e superior; e
- articular-se, em sua área de atuação, com instituições nacionais e internacionais, mediante ações de cooperação institucional, técnica e financeira bilateral e multilateral.

Fonte: MEC/Inep.

As pesquisas que inquiriram sobre pertença étnico-racial foram o Censo Escolar (a partir de 2005) e o Saeb. Os próximos tópicos descrevem e analisam ambas.

2.1 Censo Escolar

O Inep é responsável, juntamente com as Secretarias Estaduais de Educação, pelo Censo Escolar e pelo Censo do Ensino Superior. O Censo Escolar (que é o que nos interessa) “é um levantamento de informações estatístico-educacionais de âmbito nacional, realizado anualmente. Ele abrange a Educação Básica, em seus diferentes níveis – Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – e modalidades – Ensino Regular, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos” (Brasil, 2005a). Seu instrumento de coleta de dados é um questionário, de preenchimento obrigatório pelos 215 mil (aproximados) estabelecimentos de ensino, públicos e privados, que constam do cadastro do Inep. O questionário é assinado pela pessoa responsável por seu preenchimento (diretor ou secretário) e prevê-se a verificação das informações fornecidas pela escola por meio de pesquisa *in loco* (Brasil, 2005b, p.3).

Quadro 5: Informações sobre Alunado/Matrícula Coletadas pelo Censo Escolar 2005 (EI e EF)*

Variáveis do aluno	Variáveis educacionais
Ano de nascimento (EI, EF) Sexo (EI, EF) Cor/raça (EI, EF)	Turmas (EI, EF) Horário (EI, EF) Modalidade (creche/pré-escola) Movimento da matrícula (EF) Ciclo (EF) Série (EF) Turno (diurno/noturno) (EF) Programas de correção de fluxo escolar (EF) Condição do aluno no ano anterior (EF) Rendimento do aluno no ano anterior (EF) Rendimento do aluno no ano anterior (EF) Reclassificação do aluno (EF) Conclusões no ano anterior (EF)

* EI = Educação Infantil; EF = Ensino Fundamental.

Fonte: Brasil (2005b).

As informações coletadas pelo questionário do Censo Escolar e que permitem a construção de indicadores referem-se a:

- caracterização física da escola: tipo de prédio, dependências, recursos didáticos, tecnologia educacional, abastecimento de energia, água, programas complementares, salas de aula disponíveis;

- caracterização dos recursos humanos: quantidade, formação e distribuição pelos níveis de ensino;
- caracterização do alunado, captada por via de matrícula (aluno igual matrícula), por meio de variáveis pessoais – sexo, data de nascimento, cor/raça (a partir de 2005) –, e por variáveis escolares – nível, série, ciclo, reclassificação em série, conclusão de curso (Quadro 5).

No Censo Escolar 2005, merecem destaque, além do quesito sobre cor/raça dos alunos, aqueles referentes a outras modalidades de ensino que a escola oferece, a saber: educação especial; escola em assentamento do Programa de Reforma Agrária; escola em área de remanescentes de Quilombos e educação indígena (Quadro 6).

Quadro 6: Informações sobre Modalidades de Ensino Coletadas no Censo Escolar 2005

- | |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"> • Educação especial (EE): escola de EE, escola de ensino regular com classe especial, escola de ensino regular com inclusão. • A escola está localizada em área de assentamento? • A escola está localizada em área remanescente de Quilombos? Dispõe de materiais específicos do grupo étnico? • Educação indígena (sim, não). Língua em que o ensino é ministrado, materiais didáticos específicos do grupo étnico; localização da escola indígena em terra indígena. |
|--|

Fonte: Brasil (2005b, p.8).

Algumas particularidades do Censo Escolar devem ser destacadas.

- Ocorre um lapso de tempo de 7 meses entre a coleta dos dados do Censo Escolar e sua divulgação. A sistematização via *Sinopses Estatísticas* leva mais tempo. Em abril de 2006, as informações mais atualizadas disponíveis na internet eram sobre o Censo Escolar de 2004.
- O Censo Escolar tem como unidade de coleta as escolas públicas e privadas (particulares e comunitárias) cadastradas. Escolas não cadastradas, em geral privadas e de EI, não são abrangidas pelo Censo Escolar. Ocorreu um esforço de cadastramento de escolas de EI em 2001 (Censo da Educação Infantil), incluindo também unidades não registradas. O procedimento foi abandonado no Censo Escolar de 2005

que incluiu exclusivamente unidades credenciadas junto aos sistemas de educação. Portanto: variações de matrícula de um ano para outro em EI podem ser interpretadas como variações no cadastro e não obrigatoriamente decorrentes do aumento ou da diminuição de alunos/matrículas; os dados coletados pelo Censo Escolar e pelo IBGE podem não coincidir (como de fato não coincidem) em decorrência das diferenças na unidade de coleta (a do IBGE é o domicílio) e do período em que a coleta é efetuada (março no Censo Escolar e setembro nas PNADs).

- O questionário prevê um preenchimento de dados agregados (por escola e turma ou conjunto de matrículas). Portanto, o Censo Escolar não dispõe de dados desagregados por aluno ou matrícula individual. As informações sobre alunos são coletadas na ficha de matrícula. Em seguida, os dados são agregados conforme os campos previstos pelo questionário do Censo Escolar. Disto decorre uma restrição importante nos cruzamentos de informações (variáveis) disponíveis, diferentemente do que ocorre com os dados coletados pelo IBGE (cuja unidade de registro são o domicílio e as pessoas residentes no domicílio) ou mesmo pelo Saeb, cuja unidade de registro são os alunos que respondem à prova, professores e diretores da escola.

2.2 A Introdução do Quesito Cor/Raça no Censo Escolar de 2005

O MEC/Inep introduziu o quesito cor/raça no Censo Escolar de 2005, com respaldo de instituições do governo federal (especialmente a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – Seppir), de pesquisadores e de setores do movimento negro¹². Tal iniciativa decorre da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal (Brasil, 2003) que afirma, no parágrafo 1 (Fortalecimento Institucional) de suas Diretrizes: *“c) adoção de estratégias que garantam a produção de conhecimento, informação e subsídios, bem como de condições técnicas, operacionais e financeiras para o desenvolvimento de seus programas”*. Tal Diretriz é retomada no capítulo 9 – Programas e Ações, artigo 6, Produção de Conhecimentos: *“são ações que consolidam dados e produzem informações e conhecimentos necessários à formulação e avaliação de política de promoção da igualdade racial”*. A Seppir e o MEC incluem esta iniciativa no “mapeamento

¹² Algumas universidades (Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ, Universidade Federal da Bahia – UFBA, Universidade de São Paulo – USP entre outras) realizaram censos de seus estudantes incluindo quesito sobre cor/raça visando o debate sobre cotas para acesso ao ensino superior.

dos Programas/ações do MEC a partir das metas para a Promoção da Igualdade Racial” (MEC/Seppir, s/d).

Para divulgar a novidade e preparar as equipes, foram organizados encontros regionais entre representantes das Secretarias Estaduais de Educação, das Secretarias Municipais das Capitais, da União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e da Equipe Técnica do Inep. Nesta divulgação, a então diretora de Estatísticas da Educação Básica do Inep, assim anunciava a introdução do quesito cor/raça no Censo Escolar 2005: “As informações passarão a ser subsídios para as políticas públicas, como a adoção do sistema de cotas”¹³ (PNUD, 2004, p.1).

A pretensão do Inep em 2004 ia além: pretendia a “aprovação do Projeto de Lei que torna obrigatória a inclusão do quesito cor/raça, mediante auto-declaração do estudante ou de seu responsável, nas fichas de matrícula e nos dados cadastrais das instituições de educação básica e superior” (Brasil, 2005, p.5).

O Censo Escolar 2005 foi lançado no dia 30 de março 2005 (Dia Nacional do Censo Escolar) com o título “Mostre sua raça, declare sua cor”¹⁴. Os questionários foram introduzidos por uma carta do Ministro da Educação em exercício (Tarso Genro), em que afirma:

Em 2005, o Censo traz alterações que representam avanço para o seu aperfeiçoamento; entre elas a coleta do quesito cor/raça pode ser apontada como uma inovação importante. Além de atender à reivindicação de setores organizados da sociedade quanto à promoção da igualdade racial, esse quesito representa um passo importante para o estabelecimento de políticas de correção das desigualdades e de promoção da cidadania.

O Censo Escolar 2005 recebeu destaque da mídia no seu formato preferido: a polêmica. Jornais importantes (*Folha de S. Paulo*, *O Globo* 18/05/2005; *Correio da Bahia*, entre outros) publicaram matérias e o assunto atingiu o cume do noticiário brasileiro: o Jornal Nacional na TV Globo. A celeuma provocou editorial, artigo de fundo da *Folha de S. Paulo* (assinado por Lilia Moritz Schwarcz e Marcos Chor Maio, 16/05/2005), cartas do leitor, uma réplica contundente do Ministro Tarso Genro (30/05/2005, *Globo Online*) e outra de Elizeu Pacheco, presidente do Inep (*Folha de S. Paulo*, 02/05/2005).

Do lado do governo, a tônica da defesa consistiu em: enfatizar que se trata de reivindicação do movimento social e da política de governo;

¹³ Lembrar que a discussão sobre o sistema de cotas no Brasil vem ocorrendo para o acesso ao ensino superior, e que o Censo Escolar não abrange este nível de ensino.

¹⁴ A frase inverte a lógica de classificação/declaração de cor/raça no Brasil, pois a cor é um tropo para raça. O correto teria sido: “Mostre sua cor: declare sua raça”.

reiterar que o procedimento adotado é equivalente ao consagrado pelo IBGE; destacar que ocorreu preparação para o preenchimento do quesito e que os dados viriam sanar uma lacuna. Portanto, para o governo, a crítica seria improcedente.

Tarso Genro (30/05/2005, *Globo Online*) intitula seu artigo de “falsa polêmica”. Eliezer Pacheco (*Folha de S. Paulo*, 02/05/2005) afirma que

surpreende (...) que tal fato venha causando polêmica (...). Que motivações haveria por baixo da recusa em buscar conhecer a distribuição de brancos, pretos, amarelos, pardos na escola brasileira? (...) é preciso dizer que, com base na coleta do dado cor/raça - até hoje desconhecido -, os gestores de educação do país poderão definir ações e políticas afirmativas e de promoção da igualdade na comunidade escolar. (grifo nosso)

Alguns críticos à medida apoiam seus argumentos no espectro de “tribunal racial”, na não adesão às cotas ou ação afirmativa, em problemas conceituais e na falta de preparo para responder ao quesito (*Folha de S. Paulo, Correio da Bahia*).

Os procedimentos adotados foram explicitados pelo Inep. Segundo instruções divulgadas pelo órgão, na ficha de matrícula dos alunos devia constar a pergunta: qual a sua cor/raça?; oferecer as alternativas usadas pelo IBGE (branca, preta, amarela, parda, indígena, não declarada); as alternativas deveriam ser selecionadas pelo próprio aluno (autodeclaração) a partir dos 16 anos ou por seus pais ou responsáveis antes dessa idade¹⁵. As instruções especificadas na Portaria n. 156, de 20 de outubro de 2004, do Inep, fornecem mais informações: “o dado em relação à cor/raça será obtido mediante documento comprobatório ou por autodeclaração do aluno, quando maior de 16 (dezesseis) anos, ou por declaração do responsável”. O “documento comprobatório”, novidade neste tipo de inquérito no Brasil (divergindo, portanto, da prática do IBGE), aparentemente poderia ser a Certidão de Nascimento ou a Carteira de Identidade.

A seguir, destacamos alguns pontos para reflexão sobre tal inovação do Censo Escolar 2005.

- Dispomos de muitas informações sobre educação e cor/raça subutilizadas, tanto aquelas coletadas pelo IBGE (Censos, PNADs, PPV) quanto aquelas coletadas pelo próprio MEC/Inep (especialmente no Saeb). Portanto, não é correto afirmar que este mapeamento não tenha sido feito. A partir dos anos 1960, temos vários estudos sobre

¹⁵ Não foram encontradas justificativas para este corte etário. Lembrar que 16 anos constitui a idade para se iniciar o direito de votar e participar do mercado de trabalho, para ambos os sexos.

educação e raça com base em dados macro (Fernandes, 1965; Hasenbalg, Silva, 1992; Rosemberg, Pinto, Negrão, 1986; Barcelos, 1993; Henriques, 2001, entre outros). A atualização desses estudos, porém, não tem sido feita periodicamente. A maioria dos estudos macro (que partem da análise de dados originais) é de autoria de pesquisadores brancos, sugerindo a necessidade de investimento na formação de recursos humanos da comunidade negra para analisá-los. Portanto, não são dados que faltam, mas sim sua análise e divulgação. Visou-se a um alvo errado. Os recursos usados teriam sido melhor aproveitados na formação de recursos humanos¹⁶.

- A sistemática de coleta de dados do Censo Escolar não se presta a este tipo de quesito. Como informado, no Censo Escolar a unidade de registro não é o aluno. Assim, apenas algumas informações sobre o alunado (e nenhuma sobre recursos humanos trabalhando na escola) foram cruzadas por cor/raça no questionário do Censo Escolar 2005. No conjunto de campos para a EI e para o EF, somente as informações sobre o número de matrículas por modalidade (creche ou pré-escola) ou série e turno (EF) estão associadas às informações sobre cor/raça dos alunos. Todos os demais campos – fluxo, condição do aluno, rendimento escolar, reclassificação da série, conclusão –, cruzados ou não por idade e sexo, **não** prevêem cruzamento por cor/raça. Não obstante, o Censo Escolar permite cruzamento entre características da escola e de recursos humanos e frequência relativa (ou absoluta) de alunos negros (ou brancos ou indígenas). Assim mesmo, para estas variáveis, o questionário do Saeb é mais completo, como veremos adiante. Portanto, a despeito do esforço e do desgaste, as estatísticas educacionais cruzadas por cor/raça, geradas pelo Censo Escolar 2005, são parcas.
- A administração escolar e o corpo docente, em seu conjunto, não estão preparados para acatar, de modo adequado, as poucas e equivocadas instruções que acompanharam a introdução desse quesito no Censo Escolar. A extensa bibliografia contemporânea sobre classificação de cor/raça no Brasil (Osório, 2003; Petrucelli, 2006; Piza e Rosemberg, 2002; entre outros) evidencia a complexidade da empreitada, mesmo quando a coleta é efetuada por pesquisadores que receberam treino, como os do IBGE. Muito pouco se sabe sobre a especificidade de

¹⁶ O concurso de Pesquisas Negro e Educação (Fundação Ford/Ação Educativa), que seleciona pesquisas, normalmente de autoria de pesquisadores negros, sustenta esta observação (comunicação pessoal de Regina Pahim Pinto).

classificação/denominação de cor/raça entre crianças e adolescentes (Rocha, 2005). As escolas, em geral, dispõem de repertórios reduzidos para lidar com o tema das relações raciais, além de compartilharem, normalmente, do racismo estrutural e simbólico constitutivo da sociedade brasileira.

Tal situação permite antever duas conseqüências possíveis da introdução do quesito cor/raça no Censo Escolar: provocar explicitação de práticas racistas na relação com os alunos e as famílias; inconsistência nos dados coletados. Até o momento, dispomos de algumas indicações de tal inconsistência. Por exemplo, pesquisa de Rocha (2005) informa que, em escolas da região norte da cidade de São Paulo, o diretor substituiu o termo preto por negro na ficha de matrículas, e que alguns alunos entenderam que a informação do IBGE significava “a cor/raça como consta na certidão de nascimento”¹⁷, adotando as instruções da Portaria n. 156.

Por seu lado, o *Diário da Bahia* transcreve posição sustentada por uma escola particular de Salvador que, aproveitando-se da instrução de que a obrigatoriedade da resposta não significava obrigatoriedade de declaração de cor/raça – daí a alternativa “não declarou” –, optou por esta última alternativa para todos os seus alunos. Como se previra (Rosemberg, 2005), o número de “não declaração ao quesito foi extraordinariamente alto” (Tabela 1).

¹⁷ Rocha (2005) observou em escola paulistana (a se verificar nas demais 215 mil escolas brasileiras, ou em amostra) que na 4ª e na 8ª série do ensino fundamental foram as próprias crianças com menos de 16 anos que preencheram a ficha; que tal ficha não estava sendo usada para preenchimento do cadastro (que solicita tal informação) de modo sistemático e que o responsável por tal tarefa fornecia a informação mediante análise da foto do aluno. A prática do administrador é facilmente compreensível: o programa de informática utilizado bloqueava a continuidade caso o campo relativo a cor/raça não fosse preenchido (Comunicação pessoal, Edmar Rocha, 05/09/2005). Marcos Chor Maio e Lilia M. Swarcz (*O Globo*, 01/09/2005 “Distorções do Censo Escolar Brasileiro”) relatam: “Fato insólito aconteceu no Ciep 445, situado na comunidade Buraco do Boi, em Niterói. Uma professora entrou na secretaria bem a tempo de acompanhar uma discussão entre dois funcionários. Ambos tentavam definir a ‘raça/cor’ dos alunos através de suas fichas de matrícula. Com uma foto em preto-e-branco e meio amarelada nas mãos, perguntaram: De que maneira você definiria essa pessoa: ‘negra, branca ou parda’? Apesar da contrariedade da professora, que indagava sobre a relevância de tal método, apenas disseram: Temos pressa em responder aos formulários e enviá-los de volta.”

Tabela 1: Distribuição de Frequência de Matrículas que não Declararam Cor/Raça por Nível de Ensino

	EF*	EI*	M*	EP*	EE*	EJA*
Total (em milhões)	33,5	7,2	9,0	0,7	0,4	4,6
Não declarou (em milhões)	5,7	1,1	1,8	0,2	0,06	0,9
% de não declaração	17,0	38,1	57,9	30,6	17,0	19,8

* EF = Ensino Fundamental, EI = Educação Infantil, M = Ensino Médio e Médio Integrado; EP = Educação Profissional; EE = Educação Especial; EJA = Educação de Jovens e Adultos presencial.
Fonte: Brasil (2005b, p. 3 de 3).

- Os dados coletados pelo Censo Escolar 2005 não poderão ser comparados aos dados coletados pelo IBGE, pois os procedimentos de coleta não são os mesmos e o índice de não declaração é muito diverso. Nas pesquisas do IBGE, quem responde ao questionário é o chefe do domicílio ou, em sua ausência, quem possa responder. No Censo Escolar 2005, a instrução era para o adolescente a partir dos 16 anos ou para os pais ou responsáveis de alunos com idades inferiores. As pesquisas do IBGE são anônimas e as perguntas são efetuadas por entrevistador. No Censo Escolar 2005, a instrução era para o autopreenchimento, com identificação do respondente. Além disso, conforme portaria, poderia ser atestada por “documentação comprobatória”.
- O foco da discussão pública sobre o Censo Escolar 2005 tem recaído exclusivamente sobre os a educação dos negros. Por exemplo, uma manchete afirmava: “O Censo permitirá conhecer a situação educacional dos negros”. Além de omitir os indígenas, este foco sustenta a versão dominante no país de que a desigualdade racial é um assunto de negros, excluindo, portanto, os brancos do debate.
- Finalmente, ao adotar tal procedimento, o MEC/Inep desconsiderou o direito de crianças e adolescentes, até os 15 anos de idade, de expressarem sua pertença racial, em desrespeito à Convenção Internacional dos Direitos da Crianças e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (direito a expressar sua opinião). Pesquisa de Rocha (2005), entre crianças (4ª série do ensino fundamental), adolescentes (8ª série do ensino fundamental) e jovens (3ª série do ensino médio) paulistanos, evidencia que alunos da escola pública são capazes de responder corretamente a tal questão, com um índice de “sem resposta” em torno de 2%, portanto muito inferior ao obtido pelo Censo Escolar.

2.3 SAEB

O Saeb tem, entre outros objetivos, “produzir informações sobre os fatores do contexto-econômico, cultural e escolar que influenciam o desempenho dos alunos” (Brasil, s/d). É neste contexto de preocupação que os testes para avaliação de desempenho são acompanhados de questionários sobre o aluno, o diretor e o professor.

O Saeb é uma pesquisa tipo *survey*, cujos questionários e testes são aplicados em amostra estratificada de escolas e turmas de alunos de 4ª e 8ª séries do ensino fundamental e de 3ª série do ensino médio, realizada a cada dois anos desde 1990. “Em 2003, participaram do Saeb cerca de 300 mil alunos, 17 mil professores, 5 mil diretores de 6.270 escolas das 27 unidades da Federação” (Brasil, 2003).¹⁸

Durante a realização das provas do Saeb, é aplicado um questionário que coleta informações sobre o contexto social, econômico e cultural dos alunos, e, ainda, sobre a trajetória de sua escolarização, buscando apresentar indicações do impacto ou associação de alguns desses fatores sobre o desempenho escolar.

Professores e diretores também são convidados a responder questionários que possibilitam conhecer a formação profissional, as práticas pedagógicas, o nível socioeconômico e cultural, os estilos de liderança e as formas de gestão. São coletadas, ainda, informações sobre o clima acadêmico da escola, clima disciplinar, recursos pedagógicos disponíveis, infra-estrutura e recursos humanos. Na mesma ocasião, é preenchido, pelo aplicador dos testes, um formulário sobre as condições de infra-estrutura das escolas que participam da avaliação. A relação entre os fatores de contexto ao desempenho dos alunos é feita utilizando-se modelos de regressão hierárquica, pois, por meio deles, é possível analisar os fatores de interesse, controlando outras variáveis, como o nível socioeconômico dos alunos avaliados, que também exercem influência sobre a aprendizagem dos alunos, permitindo que os resultados obtidos apontem o efeito líquido dos fatores analisados. (Brasil, s/d)

Os alunos respondem a dois extensos questionários: sobre condições socioeconômicas e culturais – que incluem o quesito cor/raça dentre mais de 50 perguntas, e as experiências educacionais (em torno de 20 perguntas). Professores e diretores respondem, também, a questionário amplo, que inclui mais de 100 itens (e o quesito cor/raça).

¹⁸ Ver o trabalho de síntese “Avaliação e Política Educacional: o processo de institucionalização do Saeb” (Bonamino, Franco, 1999).

Apesar da complexidade e diversidade de questões, os dados coletados pelo Saeb da perspectiva das relações raciais foram muito parcimoniosamente estudados, quase que exclusivamente por pesquisadores especialistas em modelos de regressão (Soares, Gonzaga, 2002; Albernaz, Ferreira, Franco, 2002), cuja publicação, em geral, ocorre em veículos de pequena circulação.¹⁹

Em síntese: a despeito da massa de estatísticas educacionais desagregadas por cor/raça disponível no Brasil desde a primeira contagem de população (a de 1872), os estudos são esporádicos, normalmente realizados por pesquisadores brancos²⁰, e seus impactos insignificantes na orientação de políticas educacionais que visem à eliminação ou redução do racismo estrutural do sistema educacional brasileiro.

Pode-se destacar, ainda, outro viés importante na sistemática de coleta, difusão e análise de dados sobre o setor educacional na perspectiva de raça (e também de gênero): sua centralidade em aspectos intra-escolares. Para que se consiga elaborar uma interpretação da dinâmica do sistema escolar à luz das desigualdades de raça, seria necessário atentar que, na atualidade, as práticas educativas extrapolam os muros da escola, especialmente em razão da intensa difusão das novas tecnologias educacionais – informática, televisão – e se configuram como fenômenos de massa, em decorrência da distribuição massiva de materiais didáticos tradicionais, como livros e jogos educativos. O sistema educacional não é uma ilha, interage com os mercados de trabalho e de consumo. Ora, informações sobre o mercado da educação, em âmbito nacional e internacional, são escassas e sua dinâmica de relações de raça (e também de gênero) permanece uma incógnita. Perguntas que relacionem a centralidade da educação, na agenda mundial, aos processos de expansão dos sistemas educacionais formais e não-formais, à difusão de tecnologias educacionais e às novas dinâmicas de relações raciais (e de gênero) no mercado de trabalho não são formuladas, pois os dados não são coletados por essa ótica. A relação inversa também é verdadeira: sem novas perguntas, novos dados dificilmente serão coletados. Uma das conseqüências é que a agenda para pesquisa e ação política permanece

¹⁹ Vianna (2003) também aponta a necessidade de democratização da difusão dos dados do Saeb para o público em geral.

²⁰ O número de pesquisadores/as negros/as e indígenas sobre o tema de relações étnico-raciais na educação vem crescendo graças à atuação de programas de ação afirmativa na pós-graduação (como é o caso do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação da Fundação Ford/www.programabolsa.org.br), da criação de novos grupos/núcleo de pesquisa na pós-graduação (como o Penesb da Universidade Federal Fluminense) e o Concurso Negro e Educação, realizado, em parceria, pela Associação Nacional de Pós-graduação em Educação (Anped) e pela Ação Educativa (Oliveira, Silva, Pinto, 2005).

idêntica à de épocas anteriores à expansão intensa dos sistemas de ensino, às alterações na economia mundial e à expansão de novas tecnologias educacionais. Estes, a meu ver, constituem pontos importantes a serem incorporados em nova agenda de pesquisas sobre educação e raça (e gênero, também) no Brasil.

Um outro alerta refere-se à fragilidade dos modelos teóricos que vêm embasando a interpretação de dados macro. Não é raro que o indicador estatístico em si seja interpretado, por pesquisadores menos experientes e ativistas, como causa direta da desigualdade, desconsiderando seu estatuto de indicador e os processos sociais que lhe dão significado. Ora, este significado só pode ser atribuído pelo modelo teórico que propõe interpretar a desigualdade racial.

Diante da descrição, análise e reflexões aqui expostas, considero, para concluir, que uma das prioridades seria a formação de recursos humanos (especialmente da comunidade negra) para o tratamento e interpretação de dados macro no campo de estudos da educação e das relações raciais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERNAZ, Angela; FERREIRA, Francisco; FRANCO, Creso. *The Color of educational inequalities in Brazil*. PREAL, 2002.

BARCELOS, Luiz Claudio. Educação e desigualdades raciais no Brasil. *Cadernos de Pesquisa*, n.86, p. 15-24, ago. 1993.

BONAMINO, A.; FRANCO, C. Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do Saeb. *Cadernos de Pesquisa*, n. 108, p. 101-132, nov. 1999.

BRASIL. *Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial*. Decreto n. 4886. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Secretaria para Assuntos Jurídicos, 20 de novembro de 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. *Aplicação das provas do Saeb termina amanhã*. Brasília: Inep, 2003. Disponível em: www.inep.gov.br/imprensa/noticias/saeb/news03_17.htm Acesso em: 13 abr. 2006.

_____. *Censo escolar de 2005: matrículas da educação básica*. Brasília: Inep, 2005a. Disponível em: www.inep.gov.br/basica/censo. Acesso em: 31 ago. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Informativo Inep*, n. 31, Brasília: Inep, 2005.

_____. *Mostre sua raça, declare sua cor*. Brasília: Inep/Seef, 2005b. Disponível em: www.inep.gov.br/imprensa/noticias/censo/escolar/news05_05.htm. Acesso em: 13 abr. 2006.

_____. *Objetivos*. Brasília: Inep, s/d. Disponível em: www.inep.gov.br/basica/saeb/objetivos. Acesso em: 13 abr. 2006.

_____. *Os Questionários*. Brasília: Inep, s/d. Disponível em: www.inep.gov.br/basica/saeb/metodologia/questionarios. Acesso em: 13 abr. 2006.

FAZZI, Rita C. *Preconceito racial na infância*. Rio de Janeiro, 2000. Tese (dout.) Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro.

FERNANDES, Florestan. *A Integração do negro na sociedade de classes*. São Paulo: EDUSP, 1965.

FLETCHER, Philip R.; RIBEIRO, Sérgio Costa. *A Educação na estatística nacional*. Comunicação apresentada no Seminário de Avaliação das PNADs da Década de 80, ABEP, Rio de Janeiro, 13-15 de junho de 1988.

GROSSI, Mario E. del; SILVA, José G. *O Uso das PNADs para as áreas rurais*. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (Texto para Discussão nº 887)

HASENBALG, Carlos A.; SILVA, Nelson do V. *Relações raciais no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade racial no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para Discussão nº 807)

IBGE. *Censo Demográfico 2000 – Educação: resultados da amostra*. Rio de Janeiro, 2000.

_____. *Cor da população*. Rio de Janeiro, 1995.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro, 2001.

_____. *Síntese de Indicadores Sociais*. Rio de Janeiro, 2005.

_____. *Pesquisa sobre padrões de vida 1996-1997*. Rio de Janeiro, 2000.

- IBGE. *Pesquisa sobre padrões de vida: primeira infância*. Rio de Janeiro, 1999.
- LEVINSON, Deborah. *Children's labour force activity and schooling in Brazil*. Ann Arbor, Michigan, 1991 Tese (dout).
- MEC/SEPRIR. *Mapeamento dos programas do MEC a partir das metas para a promoção da igualdade racial*. Brasília: MEC/SECAD/Coordenação Geral de Articulação Institucional, s/d.
- NIEMEYER, Ana M. O Silenciamento do "negro" na auto-identificação étnica: estudo com adolescentes de duas escolas públicas paulistanas. *Revista Rua*, n.8, p. 43-72, 2002.
- OLIVEIRA, Iolanda de; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves; PINTO, Regina Pahim. *Negro e Educação: escola, identidades, cultura e políticas públicas*. São Paulo: Ação Educativa. ANPed, 2005.
- OSÓRIO, Rafael Guerreiro. *O Sistema classificatório de "cor e raça" do IBGE*. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. (Texto para discussão nº 996)
- PETRUCCELLI, José L. *A Cor denominada*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. *Classificação étnico-racial brasileira: onde estamos e aonde vamos*. Rio de Janeiro: Rede de Estudos de Ação Afirmativa, 2006.
- PIZA, Edith; ROSEMBERG, Fúlvia. *Cor nos Censos Brasileiros*. In: CARONE, Iray (org.). *Psicologia social do racismo*. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 91-120.
- PNUD. *Boletim Diário*, 2004.
- ROCHA, Edmar J. da. *Autodeclaração de cor e/ou raça entre alunos(as) paulistanos(as) do ensino fundamental e médio: um estudo exploratório*. São Paulo, 2005. Dissertação (mestr.) Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- ROSEMBERG, Fúlvia. *Cor/raça nas estatísticas educacionais brasileiras: versão preliminar*. São Paulo: FCC/PREAL, 2005.
- ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P.; NEGRÃO, Esmeralda V. *A Situação educacional de negros (pretos e pardos)*. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1986.

ROSEMBERG, Fúlvia; PINTO, Regina P. *Criança pequena e raça na PNAD 87*. São Paulo: FCC/DPE, 1997. (Textos FCC n. 13)

SANJEK, R. Brazilian racial terms: some aspects of meaning and learning. *American Anthropologist, New Series*, v. 73, n.5, p. 1126-1143, 1971.

SANSONE, Lúcio. *Negritude sem etnicidade*. Salvador/Rio de Janeiro: Pallas, 2004.

SCHWARCZ, Liliam; MAIO, Marcos C. *Folha de S. Paulo*, 02 maio 2005. Caderno Opinião.

_____. Distorções do Censo Escolar brasileiro. *O Globo*, 01 setembro 2005.

SOARES, Maria T.; GONZAGA, José F. (2002). *Raça e desempenho escolar: evidências do Saeb*. Caxambu, Encontro Anual da ANPOCs, 2002.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas*. São Paulo: FCC/DPE, 2003. (Textos FCC n. 23)

Recebido em: maio 2006

Aprovado para publicação: maio 2006

